

Publicar e perecer

Para a comunicação científica, este é o melhor dos tempos. As facilidades trazidas pela informatização da produção editorial e pela inigualável amplitude de acesso proporcionada pela internet provocaram o que se poderia chamar nova explosão da informação, um *big bang* que gerou ondas de choque que tardarão muito tempo a arrefecer.

Para a comunicação científica, este é o pior dos tempos. A produção de textos oriundos das universidades e outras instituições de pesquisa tem sido crescente. A cada semana surgem novos títulos de periódicos, principalmente em formato eletrônico. A comercialização da informação científica, baseada em pressupostos predominantemente mercantilistas, gerou descomunal aumento dos preços das assinaturas de periódicos, independentemente do formato em que se apresentam. Parece ter surgido um tácito e maléfico consórcio de interesses (uma parceria?) entre os produtores da informação e as editoras de revistas científicas. A ética da publicação de resultados de pesquisas é questionada. Sucodem-se as denúncias de fraude, fabricação de pesquisas, falsificação de resultados, plágios, solertes ou simplórios. Veja-se o recente caso da pesquisa com células-tronco. Não que o comportamento antiético em ciência seja novidade. Mas sua incidência tem aumentado grandemente nas duas últimas décadas.

Do lado da chamada “produção científica”, começa a se tornar rotineira, em muitas disciplinas, inclusive na ciência da informação, a busca insaciável por currículos nos quais o número de trabalhos publicados supera o que seria razoável durante a vida útil de um ser humano. Se isso reflete o fato incontornável de que a pesquisa científica, para obter resultados, necessita muitas vezes aprofundar-se no estudo de particulares cada vez mais específicos, também reflete a adoção de uma atitude em que os achados das investigações são apresentados de forma desnecessariamente fragmentada e às vezes prematura. Quem desconhece a expressão inglesa *salami publishing*? Os autores fatiam suas pesquisas em muitas e magras fatias, de modo que a cada uma delas corresponda um trabalho a ser publicado.

A avaliação de originais pelos pares, mecanismo eficiente em situações ideais, com alta disponibilidade de pares competentes e baixa quantidade de trabalho, cercada de respeito mútuo e desprendimento, não tem estado isenta de críticas. Há mecanismos de fuga à publicação de artigos em revistas conceituadas, cujos prazos de publicação podem ser longos e a avaliação exigente. Um deles parece ser a proliferação de coletâneas de trabalhos como volumes independentes, com frequência financiados por agências de fomento à pesquisa. Quem avalia essas colaborações? Os organizadores das coletâneas?

Quem estimula ou causa essas situações? Seriam elas devidas a uma malignidade inerente ao ser humano? Seriam devidas ao gládio de vaidades às vezes encontrado na academia? Seriam devidas a um compreensível processo de auto-afirmação e marcação de presença, em busca dos “quinze minutos de fama” de que falou o artista? O compreensível esforço de deixar indelévels as pegadas da fugaz passagem por este mundo de eternos anônimos?

Talvez um dos grandes responsáveis por essas situações seja o processo de avaliação de desempenho que valoriza a quantidade de trabalhos publicados. E, preferencialmente, publicados em periódicos de alto “fator de impacto”. (Medida essa que serviria como um dos indicadores a serem usados pelos bibliotecários na seleção de periódicos e que foi, sem o devido respaldo científico, extrapolada para a avaliação da qualidade dos periódicos e, por fim, dos autores que neles publicam.)

A ênfase em indicadores quantitativos, no que concerne à avaliação de desempenho, pode ser responsável pela publicação de trabalhos em forma duplicada, pelo regurgitamento de argumentos e citações, principalmente nas ciências sociais e humanidades, pelo engessamento das idéias em “referenciais” teóricos, de forma sectária e dogmática, pela feudalização dos grupos de pesquisa, cujos coordenadores/orientadores,

muitas vezes, arrogam-se o papel de suseranos a reivindicar obediência ao costume (real ou mítico) do *jus primae noctis*. Assim, muitas vezes ocupam a primazia da autoria em trabalhos em que sua participação foi meramente circunstancial.

O movimento em prol do acesso livre à informação é extremamente bem-vindo e merece o apoio de todos os profissionais da informação e da comunidade que realiza pesquisas em todas as áreas. Os esforços que visam a restabelecer, nas mãos da comunidade científica, a prerrogativa de gerir a difusão dos resultados das pesquisas e, como conseqüência, a mais ampla socialização das informações deram partida a um debate nacional e internacional, que não se tem limitado apenas a belas declarações de intenções, mas tem apresentado resultados concretos, dos quais existem inúmeros exemplos em muitos países.

Mas bastará a luta no flanco do direito de livre acesso à informação para que se superem pelo menos algumas das críticas a que tem estado sujeito o atual sistema de comunicação científica? É provável que não. Sem atingir e mudar os fatores de avaliação de desempenho baseados na quantidade de trabalhos publicados, pouco se terá feito para alterar o verdadeiro tsunami de trabalhos irrelevantes, supérfluos, medíocres e repetitivos que engordam muitos periódicos e muitos currículos.

Em economia, existe a lei de Gresham (“a má moeda afasta a boa moeda”, isto é, a má moeda tende a tirar de circulação a boa moeda). Feitas as devidas ressalvas quanto ao contexto e ao momento histórico, pode-se, metaforicamente, sob a inspiração do fenômeno identificado por Gresham, dizer que o artigo científico ruim tende a tirar de circulação o artigo científico bom, pela simples razão estatística de que o crescimento da produção científica incentivado por razões de mercado ou de vaidades pessoais será dominado, quantitativamente, por uma maioria de trabalhos ruins. Uma estatística importante seria (se existe, desconheço) a que mostrasse quantos dos artigos originais incluídos em determinada base de dados, em um período, por exemplo, de 20 anos, chegaram algum dia a ser citados. Não que a citação seja, em si mesma e exclusivamente, um critério confiável de avaliação de qualidade dos artigos. Mas nos daria, pelo menos, uma indicação de quem teria tido seus 15 minutos de glória.

Estes são tempos de crise da comunicação científica. Vivemos um momento crucial em que talvez se esteja forjando um novo modelo, uma nova forma de socialização das informações. Mas a construção desse modelo passará inevitavelmente pela definição de um novo consenso sobre quando publicar e como publicar. Além disso, será preciso identificar critérios que permitam a avaliação qualitativa do desempenho de docentes e pesquisadores. A aplicação de técnicas bibliométricas (hoje informétricas ou webmétricas) para informações veiculadas na Rede, como, por exemplo, as bibliotecas de periódicos eletrônicos, poderá, no entanto, acentuar o uso inadequado de dados quantitativos como indicadores de competência e qualidade de docentes e pesquisadores.

Um clichê sempre presente nas discussões sobre comunicação científica é “publicar ou perecer”. Alguém já o corrigiu para “publicar (qualquer coisa) ou perecer”. No rumo em que as coisas vão, publicar não será apenas mais uma forma garantida de se fazer presente, devido não só ao volume imenso do que é publicado, onde se afogam os textos inexpressivos e sem conteúdo original, mas também a confirmação já existente em relação ao que é publicado. O adágio poderá ter, logo, logo, uma nova variante “publicar e perecer”, ou “publicar é perecer”.

Antonio Agenor Briquet de Lemos

Professor aposentado da Universidade de Brasília e ex-diretor do Ibiict
Diretor da editora Briquet de Lemos / Livros